

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

(Em milhares de Reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC 012.056/O

Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados	21	-	-	152.235	159.454
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(93.427)	(94.906)
Lucro bruto		-	-	58.808	64.548
Despesas e receitas operacionais					
Comerciais	22	-	-	(32.831)	(35.021)
Administrativas e gerais	22	(174)	(220)	(34.821)	(33.831)
Tributárias	22	-	-	(2.016)	(1.807)
Equivalência patrimonial	8.b	(11.115)	(5.610)	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	12	-	2.197	2.603
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(11.277)	(5.830)	(8.663)	(3.508)
Resultado financeiro líquido	24	-	-	(3.553)	(2.868)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.277)	(5.830)	(12.216)	(6.376)
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		-	-	(529)	(670)
Diferido		-	-	1.186	1.149
Prejuízo do exercício		(11.277)	(5.830)	(11.559)	(5.897)
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores				(11.277)	(5.830)
Acionistas não controladores				(282)	(67)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(11.277)	(5.830)	(11.559)	(5.897)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	(11.277)	(5.830)	(11.559)	(5.897)
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(11.277)	(5.830)
Acionistas não controladores			(282)	(67)

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC 012.056/O

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	115.403	461	(1.483)	7.671	(38.752)	83.300	(793)	82.507
Transações de capital	-	-	-	(154)	154	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.830)	(5.830)	(67)	(5.897)
Transações minoritários	-	-	-	-	-	-	4	4
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.403	461	(1.483)	7.517	(44.428)	77.470	(856)	76.614
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(440)	440	-	-	-
Reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	119	119	-	119
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.277)	(11.277)	(282)	(11.559)
Transações de capital	-	-	(1.590)	-	-	(1.590)	1.328	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	115.403	461	(3.073)	7.077	(55.146)	64.722	190	64.912

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC 012.056/O

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.277)	(5.830)	(12.216)	(6.376)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	24	-	-	657	479
Transações de capital	19	(1.590)	-	(1.590)	-
Depreciação e amortização	11 / 12	1	1	9.898	10.697
Depreciação e amortização direito de uso	13.a	-	-	3.854	3.976
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	(628)	(1.103)
Variação cambial líquida	14	-	-	152	(18)
(Reversão) constituição de provisões para riscos líquida	18	-	-	(1.757)	70
Provisão (reversão) para perdas com estoques	6	-	-	-	55
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	11	-	-	(50)	232
Resultado de equivalência patrimonial	9	11.115	5.610	-	-
Provisão de juros sobre empréstimos	15	-	-	3.616	4.105
Descontos financeiros obtidos	14	-	-	(292)	(139)
		(1.751)	(219)	1.644	11.978
(Aumento) Redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(22.573)	(14.695)
Estoques	6	-	-	(4.438)	(744)
Impostos a recuperar	7	-	(7)	(129)	2.548
Outros ativos circulantes e não circulantes	-	(1)	(4)	(14.782)	(7)
Depósitos judiciais	18	-	-	(40)	(14)
		(1)	(11)	(41.962)	(12.912)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores	14	-	(8)	(1.608)	1.976
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	(13)	6	1.675	2.727
Impostos diferidos	8	-	-	(1.300)	(1.229)
Venda entrega futura	17	-	-	21.080	11.159
Adiantamentos de clientes, outras contas		261	-	622	(2.621)
		248	(2)	20.469	12.012
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(1.504)	(232)	(19.849)	11.078
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
(Aumento) Redução de investimentos	9	(8.399)	(2.964)	1.443	4
Perdas em investimentos	9	6.018	2.495	-	-
Propriedades para investimento	10	-	-	4.411	-
Baixa e aquisição de imobilizado e intangível	11 / 12	-	-	14.212	(6.641)
Baixa e aquisição de bens direito de uso	13.a	-	-	(6.952)	(572)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(2.381)	(469)	13.114	(7.209)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	4.909	3.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(6.289)	(6.709)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	20	3.885	(823)	5.601	2.231
Integralização de capital		-	-	-	-
Pagamento REFIS		-	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	15	-	-	(3.648)	(4.079)
Passivo de arrendamento	13.b	-	-	2.671	(3.562)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento		3.885	(823)	3.244	(8.619)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(1.524)	(3.491)	(4.750)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-	1.524	4.690	9.440
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	-	-	1.199	4.690
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(1.524)	(3.491)	(4.750)

Jaime Câmara Junior
Diretor PresidenteSergio Camilo Câmara
Diretor Vice-PresidenteClaudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC 012.056/O

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. Informações Gerais

A **OJC Administração e Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de capital fechado que tem por objeto: (a) prestação de serviços de assessoramento na área de comunicações em geral e na área de distribuição de filmes, fitas de vídeo, programas e eventos artísticos, esportivos e culturais; e (b) participação em outras sociedades, na qualidade de sócio quotista ou acionista de qualquer ramo, atividade ou natureza jurídica, no País ou no exterior. A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia, GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.877.644/0001-72.

São controladas diretas e indiretas da OJC Administração e Participações S.A.:

- **Televisão Anhanguera S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma emissora de televisão aberta, fundada em 11 de janeiro de 1965 - Empresa com sede em Goiânia, à Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B., Bairro Serrinha, Capital do Estado de Goiás é geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão ("Globo") no Estado de Goiás, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **J. Câmara & Irmãos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, ("**Companhia**") fundada em 21 de março de 1938 - Empresa com sede em Goiânia, é responsável preponderantemente pela publicação e comercialização dos jornais "O Popular"; "Jornal Daqui" e Jornal do Tocantins.
- **Rádio Anhanguera S.A.**, **Rádio Araguaia S.A.**, com sede na Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia, GO., **Rádio Som Gurupi Ltda.**, com sede no Estado do Tocantins, TO - Empresas de radiodifusão. - Empresas do ramo de radiodifusão.
- **Televisão Rio Formoso Ltda.** - Empresa com sede no Estado do Tocantins é geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão ("Globo") em Gurupi -TO e Jataí-GO, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **Centro Norte de Comunicação Ltda.** - Empresa geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão ("Globo") com sede na Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia, GO., e Filial em Palmas -TO, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda** – Empresa com sede em Goiânia, dedica a gestão e administração da propriedade imobiliária. Essa empresa foi constituída em 01 de agosto de 2018, e em 21 de outubro de 2019 participou como ("Cindenda") de ativos vertidos da TV Anhanguera S.A. e J. Câmara & Irmãos S.A ("Companhias cindidas").

Continuidade Operacional

A administração adotou o pressuposto da continuidade operacional das empresas controladas, conforme previsto no CPC 26, com base em ações voltadas à redução de custos e à busca por sinergias com outras atividades do Grupo Jaime Câmara. Apesar dos prejuízos recorrentes em algumas dessas empresas, estão sendo implementadas medidas para mitigar riscos e assegurar a sustentabilidade das operações. Dentre essas medidas, destacam-se:

J. Câmara & Irmãos S.A.

- Enxugamento da equipe de jornalismo dos jornais do Tocantins e centralização da produção jornalística em Goiânia;
- Aumento do preço de capa do Jornal Daqui, com consequente melhoria na margem de contribuição;
- Redução das equipes de impressão e logística em Goiânia, viabilizada pela antecipação do horário de fechamento do jornal e pela mudança na rota sul – de entrega própria para redespacho via ônibus;

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

- Alterações nas gerências Classi e Mercador Leitor.

Adicionalmente, a sócia OJC Administração e Participações S.A. realizou, em dezembro de 2024, um adiantamento para futuro aumento de capital, reafirmando o compromisso dos sócios com a continuidade dos negócios.

Centro Norte de Comunicação LTDA

A companhia vinha em processo de recuperação até 2019, mas foi fortemente afetada pela pandemia. A administração projeta a retomada do crescimento da receita a partir de 2025, com a expectativa de alcançar novamente os níveis de 2019 até 2035. Essa recuperação poderá ser acelerada com a implementação da TV 3.0, que permitirá publicidade segmentada por localização e perfil de telespectadores, datacasting, aumento da audiência, TV-commerce, entre outros avanços.

Houve uma reestruturação na área comercial, com a contratação de um gerente dedicado à prospecção e ao atendimento de clientes privados, enquanto outro gerente passou a atuar exclusivamente com grandes contas, como Governo e autarquias.

Além disso, está em estudo a incorporação de uma ou mais empresas coligadas, medida que poderá reverter a atual situação de passivo a descoberto.

Rádio Anhanguera S.A.

A companhia, que até 2019 operava com rádio AM, concluiu a migração para a faixa FM e lançou a Rádio Moov. Trata-se da única emissora da região especializada nos gêneros Hip-Hop, Black Music, Rap, Trap, Funk e R&B, com uma programação que mescla músicas atuais e clássicos desses estilos. A rádio se posiciona como um espaço dedicado à cultura de rua, valorizando sons e vozes que expressam a diversidade da música brasileira e internacional.

Por ser uma operação recente, a Rádio Moov ainda está em fase de consolidação e posicionamento no mercado. Está prevista uma recuperação, ainda que gradual, da Receita Operacional nos próximos anos. A depender do desempenho observado, poderá haver ajustes estratégicos na programação, com vistas a acelerar o crescimento e ampliar a audiência.

Assim como na Centro Norte, está em estudo a incorporação de uma ou mais empresas coligadas à Rádio Anhanguera — medida que poderá contribuir para reverter a atual situação de passivo a descoberto, ao mesmo tempo em que promove maior eficiência operacional.

Essas ações refletem o compromisso da administração com a sustentabilidade do negócio, mantendo atenção contínua à evolução do mercado e às oportunidades de sinergia dentro do Grupo Jaime Câmara.

Televisão Rio Formoso LTDA

Assim como a Centro Norte, a empresa foi impactada pela pandemia e tem previsão de retomar sua trajetória de recuperação em 2025. Ao final de 2024, passou por um processo de reestruturação, com redução do quadro de funcionários e adequação do conteúdo jornalístico, o que resultou em uma economia anual superior a R\$ 500 mil.

Além disso, está em estudo a incorporação de outras empresas coligadas à Rio Formoso, com o objetivo de aprimorar a eficiência operacional do Grupo Jaime Câmara.

Essas iniciativas visam aumentar a produtividade, melhorar a eficiência e garantir o alinhamento com a estratégia de longo prazo das empresas controladas.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração do Grupo e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de maio de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 6** - Provisão para perdas esperadas de créditos
- **Nota Explicativa 8** - Realização do crédito tributário diferido
- **Nota Explicativa 11** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota Explicativa 12** - Vida útil do ativo intangível
- **Nota Explicativa 18** - Provisão para demandas judiciais

d. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Políticas contábeis materiais**a. Base de consolidação**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Empresas controladas</u>	Participação - (%)	
	2024	2023
Televisão Anhanguera S.A.	99,99	99,99
J. Câmara e Irmãos S.A.(i)	100,00	94,77
Rádio Anhanguera S.A.(i)	100,00	99,99
Rádio Araguaia Ltda.	99,00	99,00
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00	99,00
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00	99,00
Centro Norte de Comunicação Ltda.	99,93	99,93
Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,27	46,27

(i) Com base na Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2024, a companhia passou a deter 100% da participação na J. Câmara e Irmãos S.A. Além disso, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de novembro de 2024, também adquiriu a totalidade da participação na empresa Rádio Anhanguera S.A.

Participação de acionistas não-controladores

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia registra em caixa e equivalentes de caixa os valores em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que sejam realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estejam sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Esses ativos são mensurados pelo seu valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, desde que não excedam seu valor de mercado ou de realização.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é

mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes (VJORA); ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado a VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Observado o modelo de negócio do Grupo, para gestão dos instrumentos financeiros que consiste em receber os ativos financeiros nos prazos contratuais (principal + juros), exceto pelos derivativos que são mensurados ao valor justo, todos os demais ativos financeiros estão classificados como custo amortizado. Vide Nota Explicativa nº 26.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, exclusivamente para os instrumentos derivativos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos passivos financeiros está demonstrada na Nota Explicativa nº 26.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

e. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação, deduzido da depreciação acumulada, quando aplicável.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

f. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 11.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g. Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(i) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(ii) Concessões públicas

As concessões públicas são decorrentes do direito de explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e são classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

h. Redução ao valor recuperável**Ativos financeiros**

O Grupo reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada).

Adicionalmente, o Grupo utiliza o expediente prático para mensurar as perdas de crédito esperadas considerando uma matriz de provisão que leva em consideração a experiência de perda de crédito histórica, ajustada quando apropriada para fatores específicos dos devedores em aspectos econômicos gerais atuais e futuros na data do reporte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os fatores considerados pelo Grupo incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos exercícios apresentados.

i. Provisões de riscos

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Grupo e as suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e suas controladas.

(i) Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, mensalmente, sendo o passivo reconhecido pelo montante do pagamento esperado aos funcionários. A Companhia e suas controladas não possui benefícios pós-emprego.

j. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, o Grupo adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação e nos normativos tributários vigentes na data de encerramento do exercício, em conformidade com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são

reconhecidos no resultado do exercício ou no patrimônio líquido dependendo da origem do ajuste.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando ocorre o cumprimento da obrigação com o cliente.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento e a receita com assinaturas é reconhecida mensalmente com base no número de dias de entrega dos jornais, independente do recebimento dos valores contratados.

l. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas**a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024****(i) Pronunciamento contábeis vigentes**

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

A Administração não espera que a adoção das normas ainda não vigentes tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2024	2023
Banco Conta Corrente	1.153	3.940
Total	1.153	3.940

a. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2024	2023
Aplicações Bradesco Upper em outros fundos de investimentos (a)	20	183
Aplicações Santander fic renda fixa DI (b)	-	567
Basa Capitalização Amazonia cap premium (c)	26	-
Total	46	750

(a) Fundo Bradesco FIC UPPER: O objetivo do fundo é buscar rentabilidade nos mercados de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, índices de preço e moeda estrangeira. Exclui estratégias que impliquem em risco de renda variável.

(b) SANTANDER FIC RENDA FIXA DI: Tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa, buscando acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI). Os recursos são predominantemente aplicados em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento.

(c) AMAZONIA CAP PREMIUM: Título de capitalização com prazo de 48 meses, garantindo o retorno de 100% do valor aplicado acrescido da Taxa Referencial (TR) ao final do período.

Em 2024 e 2023 as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Duplicatas a receber	-	-	25.560	23.580
Consórcio OPUS (i)	-	-	56.530	35.390
Cheques em cobrança	-	-	13	477
Serviços a faturar	-	-	1.281	2.042
Permutas	-	-	747	61
Outros	-	-	-	8
Provisão para perdas esperadas de créditos	-	-	(1.882)	(2.510)
Total	-	-	82.249	59.048
Circulante	-	-	37.571	38.680
Não circulante	-	-	44.678	20.368

(i) Refere-se a operação de consórcio imobiliário entre a controlada Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda e Incorporação OPUS.

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. Exceto para os valores a receber com a Rede Globo, a concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. O saldo de contas a receber por idade de vencimento está distribuído conforme segue:

Operações com Órgãos Públicos	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	929	264
Vencidos até 60 dias	3.016	2.281
Vencidos de 61 a 90 dias	376	371
Vencidos de 91 a 180 dias	315	1.252
Vencidos de 181 a 360 dias	383	76
Vencidos acima de 361 dias	545	540
Subtotal	5.564	4.784

Operações com Setor Privado	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	74.318	52.921
Vencidos até 60 dias	1.901	1.864
Vencidos de 61 a 90 dias	322	143
Vencidos de 91 a 180 dias	336	86
Vencidos de 181 a 360 dias	800	212
Vencidos acima de 361 dias	890	1.548
Subtotal	78.567	56.774
Provisão para perdas esperadas com créditos	(1.882)	(2.510)
Total	82.249	59.048

Perda estimada do contas a receber

A Companhia possui uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável, que inclui a adoção de uma matriz de provisão combinada.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

As análises de inadimplência são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão, tanto para os títulos vencidos como para os vincendos. O critério utilizado é definido individualmente por tipo de cliente (setor privado e setor público), levando em conta a particularidade de cada região, e histórico de perdas. O método de alocação segue as diretrizes do pronunciamento técnico IFRS9/CPC 48.

A Companhia revisa o índice anualmente ou sempre que houver alterações no risco de sua carteira de recebíveis, avaliando as expectativas de realização dos créditos.

Com base nessa análise, concluiu-se pela constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em montante de R\$ 1.882 em 2024 (2.510 em 2023) no qual considera o suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme sua política de PECLD, a Companhia reconheceu os seguintes movimentos na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(2.510)	(3.613)
Constituições	(552)	(798)
Reversões e baixas	1.180	1.901
Saldo final	(1.882)	(2.510)

6. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Material industrial	1.370	1.486
Material promocional	241	2.091
Manutenção	463	463
Provisão para perdas de materiais obsoletos (*)	(89)	(89)
Imóveis destinados a venda	21.778	15.254
Outros	265	385
Total	24.028	19.590

(*) A movimentação da provisão para perdas de materiais obsoletos segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(89)	(144)
Constituições	-	-
Reversões e baixas	-	55
Saldo final	(89)	(89)

(*) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação de estoques de produtos para manutenção e não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. Conforme avaliação da administração, não foram identificadas evidências que indiquem perdas significativas associadas aos estoques existentes em 2024, não sendo necessária a constituição de provisão adicional.

7. Impostos a recuperar

A composição dos saldos de impostos a recuperar é como segue:

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B. Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74835-130

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	-	-	295	877
CSLL	-	-	11	117
PIS	-	-	-	25
COFINS	-	-	-	92
Saldo negativo IRPJ	84	-	3.213	2.865
Base de cálculo negativa CSLL	-	-	66	220
IRRF - Aplicação financeira	5	89	23	164
Retenções federais	-	-	2.392	1.320
INSS a recuperar	-	-	476	476
ICMS	-	-	29	131
Outros	-	-	369	458
Total	89	89	6.874	6.745
Circulante	89	89	6.590	6.458
Não circulante	-	-	284	287

Realização dos créditos fiscais

Os créditos são passíveis de restituição e/ou compensação, serão realizados pela Companhia no decorrer do processo que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos. Todos os créditos são acobertados com Pedido de Restituição (PER) e Declaração de Compensação (DCOMP).

Os créditos tributários de IRPJ/CSLL foram realizados em 2024 por meio de compensações com débitos vencidos relativos a tributos federais.

8. Impostos diferidos**a. Impostos diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo:				
Diferenças intertemporais:				
Provisão para perdas esperadas com créditos	-	-	945	1.164
Gratificações a diretores	-	-	881	456
Provisões para riscos	-	-	501	1.104
IRPJ/CSLL diferidos transações de capital	8.001	8.001	8.001	8.001
IRPJ/CSLL CPC 06	-	-	1.365	245
(-) Compensação entre ativo passivo	-	-	(4.993)	(5.097)
Prejuízos fiscais e base negativa				
Horário eleitoral não utilizado (ii)	-	-	7.907	7.907
Total	8.001	8.001	14.607	13.780
Passivo:				
IRPJ/CSLL diferidos sobre reavaliação	-	-	(1.052)	(1.054)
IRPJ/CSLL diferidos transações de capital	(7.237)	(7.237)	(9.750)	(10.055)
Diferença intertemporais entre o regime de caixa e o regime de competência contábil nas operações com órgãos públicos (i)	-	-	(124)	(880)

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

IRPJ/CSLL sobre receita	-	-	(1.165)	(1.128)
IRPJ/CSLL sobre CPC 06	-	-	(1.239)	-
IRPJ/CSLL sobre depreciação	-	-	(2.052)	(2.842)
(-) Compensação entre ativo passivo	-	-	4.993	5.097
Total	(7.237)	(7.237)	(10.389)	(10.862)

Ativo diferido	8.001	8.001	14.607	13.780
Passivo diferido	(7.237)	(7.237)	(10.389)	(10.862)

- (i) Referem-se à diferença apurada entre os regimes de caixa e de competência nas transações realizadas com órgãos públicos.
- (ii) A Administração considera que os valores de benefícios do Horário Eleitoral, referente a redução de base do IRPJ, são plenamente recuperáveis mediante a origem, ou seja, na legislação não há prazo determinado para o término de utilização do benefício adquirido.

A administração com base em estudos internos acredita que os valores de impostos diferidos serão recuperados no curso normal de seus negócios.

9. Investimentos**a. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Investimentos em controladas - ativo	106.365	108.962	-	-
Perda em investimento controladas - passivo	(42.332)	(36.314)	-	-
Investimentos mensurados a custo de aquisição (i)	-	-	655	651
	64.033	72.648	655	651

(i) Participações societárias nas quais o Grupo não possui controle ou influência significativa e, para as quais não é possível mensurar confiavelmente o valor justo e, dessa forma, estão apresentadas ao custo.

b. Composição das participações em empresas controladas

Descrição	Participação	2024 (Controladora)			
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo do investimento	Resultado
Televisão Anhanguera S.A.	99,99%	55.379	(4.062)	55.374	(4.062)
J. Câmara e Irmãos S.A.	100,00%	(22.141)	(5.619)	(22.141)	(5.431)
Rádio Anhanguera S.A.	100,00%	(3.668)	(798)	(3.668)	(798)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	18.639	(18)	18.453	(18)
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	(1.865)	(1.036)	(1.846)	(1.025)
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	2.771	410	2.744	406
Centro Norte de Com. Ltda.	99,93%	(14.687)	(1.146)	(14.677)	(1.145)
Emp. Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,26%	64.403	2.070	29.794	958

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

64.033

(11.115)

2023 (Controladora)

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro ou (prejuízo)	Saldo do investimento	Resultado
Televisão Anhanguera S.A.	99,99%	59.377	(4.362)	59.372	(4.361)
J. Câmara e Irmãos S.A.	94,77%	(20.145)	(1.304)	(19.091)	(1.235)
Rádio Anhanguera S.A.	99,99%	(2.870)	(816)	(2.870)	(816)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	18.658	55	18.471	54
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	(830)	(308)	(822)	(305)
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	2.361	402	2.337	398
Centro Norte de Com. Ltda.	99,93%	(13.541)	(140)	(13.531)	(140)
Emp. Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,26%	62.215	1.719	28.782	795
				72.648	(5.610)

c. Movimentação dos investimentos

Controladora

Descrição	Investimento 2023	Equivalência Patrimonial	Reserva de reavaliação reflexa	Prov. De Invest. - Passivo a Descoberto	Investimento 2024
<u>Investimentos por equivalência patrimonial</u>					
Televisão Anhanguera S.A.	59.372	(4.062)	64	-	55.374
J. Câmara e Irmãos S.A.	-	(5.431)	-	5.431	0
Rádio Anhanguera S.A.	-	(798)	-	798	0
Rádio Araguaia Ltda.	18.471	(18)	-	-	18.453
Televisão Rio Formoso Ltda.	-	(1.025)	-	1.025	0
Rádio Som de Gurupi Ltda.	2.337	407	-	-	2.744
Centro Norte de Com. Ltda.	-	(1.145)	-	1.145	0
Emp. Imob. Rio Vermelho Ltda	28.782	957	55	-	29.794
Total	108.962	(11.115)	119	8.399	106.365

Descrição	Investimento 2022	Equivalência Patrimonial	Integralização Capital	Prov. De Invest. - Passivo a Descoberto	Investimento 2023
<u>Investimentos por equivalência patrimonial</u>					
Televisão Anhanguera S.A.	63.733	(4.361)	-	-	59.372
J. Câmara e Irmãos S.A.	-	(1.235)	-	1.235	-
Rádio Anhanguera S.A.	-	(816)	-	816	-
Rádio Araguaia Ltda.	17.949	54	468	-	18.471

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Televisão Rio Formoso Ltda.	-	(305)	-	305	-
Rádio Som de Gurupi Ltda.	1.939	398	-	-	2.337
Centro Norte de Com. Ltda.	-	(140)	-	140	-
Emp. Imob. Rio Vermelho Ltda	27.987	795	-	-	28.782
Total	111.608	(5.610)	468	2.496	108.962

10. Propriedades para investimento

Refere-se a terrenos e edificações mantidos para valorização e renda reconhecidos ao valor de custo de aquisição e a bens destinados a venda.

	Consolidado	
	2024	2023
Terrenos para valorização	9	9
Terrenos destinados a venda	3.717	8.128
Total	3.726	8.137

11. Imobilizado**a. Composição – Controlada**

	2024			2023	Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	9	(8)	1	2	10
Computadores e periféricos	25	(25)	-	-	5
	34	(33)	1	2	

b. Consolidado

	2024			2023	Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	3.243	-	3.243	3.243	-
Edificações	32.505	(23.333)	9.172	27.669	25 a 50
Instalações	3.943	(1.862)	2.081	1.922	10
Máquinas e equipamentos	95.483	(77.443)	18.040	21.993	8 a 15
Móveis e utensílios	4.374	(4.001)	373	470	10
Motores e aparelhos	4.336	(3.511)	825	854	8 a 15
Ferramentas e acessórios	159	(147)	12	23	8 a 10
Veículos	4.498	(4.190)	308	276	5
Computadores e periféricos	20.647	(17.271)	3.376	3.430	5
Imobilizações em andamento (i)	2.477	-	2.477	2.935	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.923	(1.860)	1.063	913	5 a 10
	174.588	(133.618)	40.970	63.728	

(i) Refere-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

Movimentação do saldo

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, não foram identificados indicadores de desvalorização, que necessitassem efetuar o teste de recuperação nos termos do Pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil desses ativos e concluiu que está adequada e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao CPC 27.

d. Movimentação do imobilizado – Consolidado

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2024
Terrenos	3.243	-	-	-	-	3.243
Edificações	27.669	4.467	(22.870)	(347)	253	9.172
Instalações	1.964	37	-	(23)	103	2.081
Máquinas e equipamentos	21.951	447	(89)	(6.127)	1.858	18.040
Móveis e utensílios	470	21	-	(126)	8	373
Motores e aparelhos	854	32	(3)	(140)	82	825
Ferramentas e acessórios	23	-	-	(11)	-	12
Veículos	276	19	-	(101)	114	308
Computadores e periféricos	3.430	137	(8)	(1.295)	1.112	3.376
Imobilizações em andamento	2.935	7.545	(3.860)	-	(4.143)	2.477
Benfeitorias em imóveis de terceiros	913	-	-	(170)	320	1.063
Total	63.728	12.705	(26.830)	(8.340)	(293)	40.970

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2023
Terrenos	3.243	-	-	-	-	3.243
Edificações	28.592	260	-	(1.266)	83	27.669
Instalações	1.939	171	(176)	(117)	105	1.922
Máquinas e equipamentos	24.453	1.573	(982)	(5.987)	2.936	21.993
Móveis e utensílios	571	20	(4)	(135)	18	470
Motores e aparelhos	943	90	(99)	(146)	66	854
Ferramentas e acessórios	33	-	-	(11)	1	23
Veículos	340	-	-	(92)	28	276
Computadores e periféricos	3.403	493	(5)	(1.240)	779	3.430
Imobilizações em andamento	4.378	5.931	(1.092)	-	(6.282)	2.935
Benfeitorias em imóveis de terceiros	778	202	-	(115)	48	913
Total	68.673	8.740	(2.358)	(9.109)	(2.218)	63.728

A administração realizou uma revisão das estimativas de vida útil econômica dos ativos imobilizados, com base em critérios técnicos que incluem obsolescência tecnológica, condições de uso, histórico de manutenção, práticas de mercado e planos operacionais da companhia. Após essa análise, concluiu que as vidas úteis atualmente atribuídas aos ativos permanecem adequadas para refletir o período durante o qual se espera que eles gerem benefícios econômicos futuros.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não foram identificadas evidências que justifiquem a necessidade de ajustes relevantes nessas estimativas.

A administração revisa essas estimativas periodicamente e, caso sejam identificadas mudanças significativas, elas serão reconhecidas de forma prospectiva, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

12. Intangível**Consolidado**

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

	2024			2023	Vida útil (Anos)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	8.103	(11)	8.092	5.003	5
Marcas	100	-	100	100	-
Concessões públicas	35.214	(31.476)	3.738	8.129	25
Total	43.417	(31.487)	11.930	13.232	

Movimentação – Consolidado

	2023	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Softwares	5.003	-	(1.558)	293	3.738
Marcas	100	-	-	-	100
Concessões Públicas	8.129	(37)	-	-	8.092
Total	13.232	(37)	(1.558)	293	11.930

	2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2023
Softwares	4.681	27	-	(1.566)	1.861	5.003
Marcas	100	-	-	-	-	100
Concessões Públicas	7.794	-	-	(22)	357	8.129
Total	12.575	27	-	(1.588)	2.218	13.232

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos intangíveis pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

a. Direito de uso em arrendamento

	Taxa de amortização	2023	Adições	Amortização	Ajuste contratos	2024
Terrenos	-	56	144	(103)	-	97
Edificações	16,90%	524	5.324	(1.687)	(4.161)	-
Máquinas e Equipamentos	21,50%	96	1.117	(537)	(381)	295
Veículos	24,50%	150	5.001	(1.527)	(92)	3.532
Total		826	11.586	(3.854)	(4.634)	3.924

	Taxa de amortização	2022	Adições	Amortização	Ajuste contratos	2023
Terrenos	-	218	76	(128)	(110)	56
Edificações	16,90%	1.958	1.229	(1.545)	(1.118)	524
Máquinas e Equipamentos	21,50%	1.132	271	(544)	(763)	96
Veículos	24,50%	922	1.840	(1.759)	(853)	150
Total		4.230	3.416	(3.976)	(2.844)	826

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

b. Passivo de arrendamento

A movimentação de arrendamento do exercício segue (CPC 06 - R2):

	2023	Adições	Pagamentos	Ajuste	2024
Passivo de arrendamento	1.158	12.794	(5.400)	(4.723)	3.829
Circulante					1.781
Não circulante					2.048
Saldo em 2024					3.829

	2022	Adições	Pagamentos	Ajuste	2023
Passivo de arrendamento	4.720	2.516	(4.436)	(1.642)	1.158
Circulante					889
Não circulante					269
Saldo em 2023					1.158

c. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

Direito de Uso	2024
2025	1.816
2026	1.972
2027	136
	3.924

d. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

Passivo de arrendamento	Fluxo de pagamentos nominal	Juros apropriados	2024
2025	2.157	(376)	1.781
2026	1.969	(251)	1.718
2027	334	(4)	330
	4.460	(631)	3.829

14. Fornecedores

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores nacionais	4.919	7.246
Fornecedores estrangeiros	776	333
Notas de débito	637	501
Permutas	1	1
Total	6.333	8.081

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

15. Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento

a. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros médios - %	Vencimento Final	2024	2023
Moeda nacional:					
Banco ABC	100%CDI + 3,38%, 3,99%aa	16,32% a.a.	dez/27	14.157	16.692
Banco do Brasil FCO	IPCA + 4,44%aa ³	11,01% a.a.	nov/31	6.173	6.867
Banco do Brasil FCO	IPCA + 5,87aa ⁴	10.70% a.a.	set/33	4.953	-
Santander	100%CDI + 4,07%aa ²	17,32% a.a.	dez/25	1.811	3.338
Banco da Amazônia S.A.	FNO tx fixa	3,5% a.a.	dez/23	1.031	1.870
Banco do Brasil FCO	IPCA + 1,98%aa ¹	8,11% a.a.	maio/26	1.099	1.869
Total				29.224	30.636
Circulante				9.114	6.528
Não circulante				20.110	24.108

Os empréstimos referem-se a créditos financiados com recursos de (a) Fundo constitucional de financiamentos do Centro-Oeste (FCO), (b) Programa Amazônia Sustentável – Não rural (prestação de serviços) e capital de giro.

1 TAXA IPCA+2,32%aa, com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (1,98% a.a.).

2 Operação estruturada com empréstimo a taxa pré-fixada de 17,58% aa e Swap fixando a CDI+4,07%.

3 Taxa IPCA + 5,22% aa com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (4,44% a.a.).

4 Taxa IPCA + 6.91% aa com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (5.87% a.a.).

A movimentação do exercício é como segue:

	2023	Captações	Juros apropriados	Amortização principal	Juros pagos	2024
Banco ABC	16.692	-	2.231	(2.528)	(2.238)	14.157
Banco do Brasil FCO	1.869	-	103	(770)	(104)	1.098
Santander	3.338	-	389	(1.527)	(389)	1.811
Banco do Brasil FCO	6.867	-	590	(663)	(621)	6.173
Banco do Brasil FCO	-	4.909	165	-	(120)	4.954
Banco da Amazônia S.A.	1.870	-	138	(801)	(176)	1.031
	30.636	4.909	3.616	(6.289)	(3.648)	29.224

	2022	Captações	Juros apropriados	Pagamentos	Descontos	2023
Banco do Brasil FCO (a)	231	-	2	-233	-	-
Banco ABC	18.572	2.500	2.637	-7.017	-	16.692
Banco da Amazônia S.A. (b)	1.467	1.000	46	-655	12	1.870
Banco do Brasil FCO (a)	2.655	-	172	-966	8	1.869
Santander	4.016	-	573	-1.251	-	3.338
Banco do Brasil FCO (a)	6.878	-	675	-686	-	6.867

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

33.819	3.500	4.105	-10.808	20	30.636
--------	-------	-------	---------	----	--------

a. Cronograma dos vencimentos:

Ano	2024	2023
2024	-	6.528
2025	9.114	15.642
Após 2026	20.110	8.466
Total	29.224	30.636

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por avais, fianças dos sócios, pelos próprios equipamentos e por uma parcela do imóvel da sede administrativa do Grupo.

Cláusulas restritivas

Nos empréstimos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que seja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para férias	-	-	7.753	7.585
Gratificações a pagar	-	-	1.594	1.341
Salários a pagar	11	11	3.741	4.117
Encargos a recolher sobre salários	1	1	4.601	3.783
Encargos a recolher sobre férias	-	-	1.078	1.053
Outras obrigações sociais a recolher	-	-	984	14
Total de obrigações trabalhistas	12	12	19.751	17.893

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL a recolher	-	12	405	501
ICMS a recolher	-	-	62	96
ISS a recolher	-	-	89	93
Impostos e taxas a recolher	1	1	186	196
Total de obrigações tributárias	1	13	1.544	1.727
Total de obrigações trabalhistas e tributárias	13	25	21.295	19.620

Circulante	13	26	21.267	19.515
Não circulante	-	-	28	105

17. Vendas Para Entrega Futura

A composição do saldo refere-se ao contrato de parceria entre Empreendimento Imobiliários Rio Vermelho e Incorporadora OPUS, na venda de apartamentos das Torres, Tellure1, Tellure 2, Gyro, Ybaté, Nido e Cidade Ybiti, a empresa recebe um percentual nos pagamentos como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo para entrega futura total	56.470	35.390

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Circulante	12.299	3.582
Não circulante	44.171	31.808

a. Projeção de Recebimento /Realização

Ano	Valor (R\$ mil)
2025	12.299
2026	13.341
2027	10.377
2028	15.945
2029	4.508
Total	56.470

18. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em processos nas esferas administrativa e judicial perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	Provisão para riscos – consolidado							
	2023				2024			
	Inicial	Provisão	Reversão	Final	Inicial	Provisão	Reversão	Final
Cíveis	2.372	402	(553)	2.221	2.221	1.798	(3.843)	176
Tributárias	-	112	-	112	112	-	(1)	111
Trabalhistas	795	554	(445)	904	904	484	(195)	1.193
Total	3.167	1.068	(998)	3.237	3.237	2.282	(4.039)	1.480

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

	Depósitos judiciais – consolidado							
	2023				2024			
	Inicial	Provisão	Reversão	Final	Inicial	Provisão	Reversão	Final
Cíveis	11	6	-	17	17	-	(17)	-
Tributárias	217	175	-	392	392	-	-	392
Trabalhistas	427	3	(170)	260	260	83	(26)	317
Total	655	184	(170)	669	669	83	(43)	709

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade são as que seguem:

a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, existem 6 ações no valor de R\$ 176 (11 ações em 2023 no valor de R\$ 2.221 que correspondem, principalmente, a processo de rescisão contratual de empresas prestadoras de serviços e danos morais editoriais e à imagem.

b) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existe ações no valor de R\$ 111.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, existem 19 ações no valor de R\$ 1.193 (19 ações em 2023 no valor e R\$ 904). Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra o Grupo e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são em sua maioria relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto de R\$ 115.403 (cento e quinze milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (um real) cada.

b) Reserva de reavaliação

Referem-se a reservas de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado do Grupo, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

A realização da reserva de reavaliação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrada:

	2024	2023
Saldo inicial	7.517	7.671
(+) Realização da reserva de reavaliação	(440)	(154)
Saldo final	7.077	7.517

c) Transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

d) Reserva de lucros

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

20. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, suas controladas direta e indiretas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que o Grupo atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do “calhau”, não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as Companhias do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

Contratos de mútuos ativos

Corresponde à concessão e obtenção de empréstimos para outras Companhias do Grupo, sem taxa de remuneração e sem prazo de liquidação, conforme os contratos de mútuos vigentes. As liquidações são acertadas entre as partes.

	Controladora			
	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
J. Câmara & Irmãos S.A.	23	-	3.908	-
Total	23	-	3.908	-

	Consolidado			
	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
TV Luziânia Ltda.	-	13.117	-	12.492
Televisão Planalto Central Ltda.	9.480	-	8.892	-
Rádio Padre Luso Ltda.	2.631	-	2.286	-
Radio Som Juventude Ltda	-	1.377	-	1.160
Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda.	3.232	-	1.792	-
Araguaia-Participação e Administração Ltda.	-	4.049	-	4.115
TV Tocantins Ltda.	-	13.464	-	8.185
Televisão Riviera Ltda	-	5.807	-	4.182
Televisão Pirapitinga Ltda.	-	2.520	-	2.054
SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda.	-	705	-	877
Total	15.343	41.039	12.970	33.065

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Composição da receita bruta		
Publicidades	79.355	84.184
Globo (i)	52.863	52.051
Venda avulsa de jornais	13.468	17.758
Assinatura de jornais	5.320	5.451
Central de produção	2.812	3.822
Venda consórcio OPUS (ii)	6.605	3.582
Prestação de serviços	1.034	819
Classificados	1.434	1.148
Receita com projetos	3.309	2.368
Venda de Imóveis	300	950
Outras receitas	2.064	2.545
Receita operacional bruta	168.564	174.678

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

(-) Deduções

Impostos incidentes sobre as vendas	(9.880)	(10.037)
Descontos, abatimentos e devoluções	(6.449)	(5.187)
Total deduções	(16.329)	(15.224)
Receita operacional líquida	152.235	159.454

(i) Refere-se à receita de publicidade de contratos firmados pela Rede Globo de Televisão.

(ii) Refere-se à receita da controlada Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho, decorrente da parceria firmada com a incorporadora OPUS, na qual a companhia detém participação conforme estipulado em contrato entre as partes.

22. Custos e despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas e custos com pessoal, benefícios e encargos	(144)	(144)	(82.665)	(81.712)
Serviços de terceiros	(30)	(72)	(39.279)	(43.127)
Depreciações e amortizações	-	-	(12.036)	12.779)
Materiais promocionais	-	-	(6.936)	(9.643)
Insumos	-	-	(3.488)	(4.173)
Custo imóvel vendido	-	-	(3.129)	(1.405)
Outros custos e despesas	-	(4)	(15.562)	(12.726)
Total Custos e Despesas	(174)	(220)	(163.095)	(165.565)
Custos dos Serviços Prestados	-	-	(93.427)	(94.906)
Despesas Comerciais	-	-	(32.831)	(35.021)
Despesas Administrativas e gerais	(174)	(220)	(34.821)	(33.831)
Despesas Tributárias	-	-	(2.016)	(1.807)
Total Custos e Despesas	(174)	(220)	(163.095)	(165.565)

23. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Outras receitas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reversão devedores duvidosos	-	-	298	1.506
Reversão de contingências	-	-	136	55
Receitas com aluguéis	-	-	106	103
Receitas de brindes e ofertas	-	-	106	35
Ganho em alienação de ativos	-	-	54	-
Recuperação de despesas (i)	-	-	1	17
Receitas eventuais	-	-	-	1
Encalhes	-	-	305	328
Outras receitas	12	-	1.248	907
Subtotal	12	-	2.254	2.952

Outras despesas

Perdas em alienação de ativos	-	-	(4)	(232)
Outras	-	-	(53)	(117)
Subtotal	-	-	(57)	(349)
Total	12	-	2.197	2.603

(i) Refere-se essencialmente à recuperação de despesas decorrente do rateio das despesas administrativas e gerais com as demais empresas do Grupo.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento das aplicações		1	144	379
Variação cambial ativa	-	-	123	63
Descontos obtidos	-	-	292	139
Variação monetária ativa	-	-	20	468
Outras receitas financeiras	-	-	467	667
Subtotal	-	1	1.046	1.716
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(3.593)	(4.105)
Variação cambial passiva	-	-	(275)	(45)
Juros de arrendamento	-	-	(301)	(126)
Outras despesas financeiras		(1)	(430)	(308)
Subtotal	-	(1)	(4.599)	(4.584)
Resultado financeiro líquido	-	-	(3.553)	(2.868)

24. Imposto de renda e contribuição social**Conciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do IR e da CS	(11.277)	(5.830)	(12.216)	(6.376)
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	3.834	1.982	4.153	2.168
Efeitos de IR e da CS sobre:				
- Equivalência patrimonial	(3.834)	(1.982)	-	-
- Diferenças temporárias	-	-	(2.899)	(2.343)
- Perdas eventuais	-	-	(158)	(211)
- Brindes e ofertas	-	-	(85)	(140)
- Efeito da base de cálculo das empresas no presumido	-	-	333	753
- Outros	-	-	(1.873)	(897)
Despesa corrente	-	-	(529)	(670)
Efeitos de IR e da CS diferido sobre:				
- Movimentação de operação com Órgão Público	-	-	1.186	97
- Movimentação de PDD e contingência	-	-	(695)	(353)
- Movimentação sobre depreciação	-	-	586	511
- Provisão de receita	-	-	226	(43)
- Gratificações	-	-	(425)	514
- CPC 06	-	-	(245)	-
- Outros	-	-	553	423
Imposto diferido	-	-	1.186	1.149
Total geral efetiva registrada	-	-	669	479

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(529)	(670)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.186	1.149
Alíquota efetiva	0%	0%	(5%)	(7%)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, além de contas a receber, outros ativos, contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Ativos financeiros:</u>				
<i>Mensurados ao custo amortizado</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.199	4.690
Contas a receber de clientes	-	-	82.249	59.048
Empréstimos a receber de partes relacionadas	23	3.908	15.343	12.970
Depósitos judiciais	-	-	709	669
<u>Passivos financeiros:</u>				
<i>Outros passivos mensurados ao custo amortizado</i>				
Fornecedores	-	-	6.333	8.081
Empréstimos e financiamentos	-	-	29.224	30.636
Passivo de Arrendamento	-	-	3.829	1.158
Adiantamento de clientes	-	-	2.733	2.068
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	41.039	33.065

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores justos.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

26. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou eventos subsequentes à data-base das presentes demonstrações financeiras individual e consolidado, encerradas em 31 de dezembro de 2024, até a data de autorização para emissão destas demonstrações, em 30 de maio de 2025 e. não foram identificados eventos subsequentes que exijam divulgação ou ajuste nas presentes demonstrações financeiras, conforme disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC 012.056/O

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B. Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74835-130